



Entrevista

COM EUGÊNIO BUCCI



Fundação Podemos: O senhor cita em seu livro a filósofa Hannah Arendt ao demonstrar a cisão como método entre a verdade factual e a ação política. O senhor poderia comentar um pouco sobre isso?

O que eu entendo da obra da Hannah Arendt, especialmente neste livro, que é “Verdade e política”¹, é que ela estabelece um nexa necessário entre a atividade política e a discussão em torno da verdade factual. Ou seja, para ela o domínio político tem como substância os fatos e os acontecimentos. E ela diz que os fatos e os acontecimentos são aqueles gerados pelos homens, pela humanidade, pelos agentes políticos vivendo em sociedade, de tal forma que a política seria uma discussão sobre os fatos. E ela insiste nisso dizendo que a liberdade de opinião necessariamente é a liberdade de emitir opiniões sobre os fatos. O conceito de fato aí é bastante alargado. Mas ele supõe que a gente consiga falar sobre as mesmas coisas. Ela supõe que a gente consiga entabular diálogos sobre objetos percebidos em comum. A política seria, portanto, o debate em torno do que fazer com nossos destinos comuns a partir da leitura dos fatos. Sem ler os fatos nós não temos política. Temos o quê? A gente tem – e aí entro eu falando – o fanatismo. O fanatismo como sendo a resultante de crenças e convicções sem fundamento nos fatos.

Fundação Podemos: Valendo-se ainda da reflexão de Hanna Arendt, o senhor afirma que a imprensa deve ser então compreendida como um domínio fora da política. Como podemos pensar isso dentro do contexto do mundo virtual (twitter, Facebook), onde, inclusive, políticos e jornalistas se cruzam e postam suas opiniões e “fatos”. Qual seria o papel do jornalismo hoje?

É uma pergunta excelente, e me permita desenvolver um pouco com um raciocínio que é vital para o nosso tempo. É claro que todo raciocínio é falho e quando eu elaboro essa resposta, não pretendo dar a palavra final. Eu pretendo apenas expor um modo de compreender essa desafiadora questão. Como é que a imprensa pode ser compreendida como uma atividade situada fora da política? Nós aí precisamos ter uma certa minúcia na consideração. O que Hannah Arendt diz é que a verificação da verdade dos fatos não está subordinada aos critérios da política, mas é claro que todas as pessoas transitam pelo domínio da política e por outros domínios. Apenas temos que ter a clareza sobre isso. A política, como nenhum outro domínio, pode ser absoluta. A política não cobre, na visão de Arendt, todos os campos ou todos os domínios da vida social, da vida de cada pessoa. Essa distinção particular que ela faz, no pensamento dela nesse texto, diz respeito ao que seria a verificação dos fatos. Ela dá exemplos, fala dos historiadores, das testemunhas, do juiz, do repórter, que são pessoas que mais ou menos, na sua atuação profissional ou institucional, procuram se livrar das paixões políticas no momento em que vão verificar o que se passa na realidade. De tal maneira que os fatos são descritos ou são discursivamente constituídos sem que tenham sido ditados por uma agremiação, por uma corrente ou por um partido. Essa tensão entre aquilo que integra o domínio político e aquilo que é independente dele, é essencial na lógica que ela defende. Veja só, ela diz que os fatos e acontecimentos são a própria textura – textura é a palavra que ela usa – do domínio político. Mas, ao mesmo tempo, ela diz que a verificação dos fatos, ou a “prova dos nove” dos fatos, não se efetiva com uma subordinação à política ou aos interesses políticos. Mas os fatos vêm desde fora do domínio político para, no domínio político, constituir a textura do domínio político. Isso significa que o jornalismo, ele verifica os fatos longe das regras da política, ou independentemente das regras da política,

e devolve os fatos para o domínio político debatê-los, nesse jogo os próprios fatos são reformatados. Há sempre o que hoje está muito na moda dizer, uma disputa de narrativa, mas é essencial que a gente perceba algumas coisas, algumas filigranas ou mesmo algumas “colunas vertebrais” das atividades que verificam os fatos, ficam fora do alcance dos critérios, dos parâmetros, dos paradigmas da política.

Vamos pensar na questão da justiça, por exemplo. Um juiz de direito, em várias democracias, não pode ter atividades partidárias, para assegurar justamente que ele vá tomar as decisões olhando fato e olhando lei, sem levar em conta contingências próprias da política. Agora, uma decisão judicial tem um efeito político? É evidente que tem. E os políticos disputam a decisão judicial em uma direção ou em outra? É evidente que disputam. Mas as sociedades constroem mecanismos de proteção da verificação da verdade dos fatos em relação às pressões políticas. E é disso que ela está falando. Nessa constelação de forças o jornalismo se situa externamente ao domínio político, mas o jornalismo é uma atividade política. O profissional da imprensa deve observar a independência exatamente porque ele tem a consciência dos efeitos políticos do que ele faz. É importante que ele não preste contas à política, mas inevitavelmente o que ele faz tem um efeito na política. É nesse sentido que ela [Hannah Arendt] está falando dessa separação. Não é num sentido estanque, nem num sentido funcional, nem num sentido... talvez num sentido funcional até seja, mas não puramente funcional, mas não é num sentido “água e óleo”, que não se misturam. É num sentido de tensionamento. Aqueles que verificam as verdades factuais, que são o juiz, a testemunha, o historiador, o repórter, não são governados pelas contingências da política, ou, pelo menos, ou pelo menos não o tempo todo. Um juiz não pode nem se filiar a um partido político no Brasil. As legislações vão variar de país para país, mas o princípio é mais ou menos o mesmo, nem se filiar ele pode. O jornalista que

cobre política idealmente, se afasta da atividade partidária convencional. É nessa perspectiva que se apoia Hannah Arendt.

Fundação Podemos: Haveria aí uma ideia de uma contingência entre uma ideia da política e a do “jogo partidário da política”...

Isso... do jogo partidário da política, mas especialmente do jogo do governo. Porque o governo é um enfeixamento de interesses partidários e age legitimamente orientado por esses enfeixamentos. Aí a verificação da verdade precisa ser independente dessas forças, ou pelo menos do alcance direto dessas forças. Quando há uma mistura, aí a gente vê, epa, aí há um conflito de interesses.

Fundação Podemos: E quando, por exemplo, o jornalista emite a opinião dele, no twitter, no Facebook, no jornal, aí então ele extravasou esse limite? Ele já está em uma outra atividade, ou ele ainda está em uma atividade puramente jornalística? Existe uma diferenciação ou não?

Pode ser considerada uma atividade jornalística. Os suportes ou os dispositivos de entrega do jornalismo, que podem ser um material impresso, podem ser ondas eletromagnéticas, podem ser ondas abertas de televisão, podem ser sites ou correios, podem variar, mas a atividade jornalística de verificar os fatos com olhos críticos em relação ao poder, essa atividade jornalística pode se dar em diversas plataformas, em diversos suportes, em diversas formas de transmissão e de sintetização, não há uma restrição aí.

Fundação Podemos: A restrição, ela estaria então na atividade partidária. A

análise crítica é devida, desde que ela não tenha o interesse partidário por detrás...

É, mas mesmo aí nós precisamos levar em conta as complexidades. Não dá para cravar como uma verdade absoluta que não haja nenhum nexos partidário entre a atividade jornalística e o mundo da política. Pode haver. É sabido, por exemplo, que o New York Times (NYT) tem uma preferência nos editoriais por candidatos do Partido Democrata. Isso não significa que o NYT não faça jornalismo, mas significa que ele tem uma opinião sobre a política e há veículos com vinculação partidária aberta no meio jornalístico. Eram mais tradicionais no século passado, como o L'Unité na França, do Partido Comunista, jornais de outras correntes que assumiam sua predileção e sua expressão jornalística também. O mesmo pode acontecer com religião, você veja o Conservatori di Roma, é um jornal do Vaticano, que faz jornalismo, mas é um jornal que observa os dogmas católicos. Então, a relação dele com os dogmas católicos não é uma relação de tensão, ou de crítica, ou de independência, é diferente. Mas há uma atividade jornalística. Nós devemos pensar nisso tudo não como um esquema rígido, mas como tensões. Tensões que se estabelecem na vida cotidiana. A verificação da verdade dos fatos [não da verdade religiosa], ela requer um distanciamento em relação aos imperativos da política, mas a gente pode ter um jornal que tem uma identidade partidária declarada. E pode fazer bom jornalismo. Agora, quando ele está fazendo jornalismo ele se afasta da dinâmica própria da política. A dinâmica da política exige que seu praticante tente convencer o interlocutor com argumentos possíveis, mesmo quando não rigorosamente verdadeiros. A verificação da verdade exige de seu praticante um afastamento em relação ao argumento de ocasião. Até para depois esse fato servir ao argumento de ocasião para um discurso político. Mas a verificação da verdade é estranha à disputa do poder no domínio político. Ela é estranha a

isso. A disputa no poder usa a verdade factual, se refere à verdade factual. Mas a verificação da verdade factual se afasta um pouco. Você veja uma coisa: A Covid 19 é uma "gripezinha"? Eu posso, ou qualquer maluco pode ir lá e ficar berrando que é uma "gripezinha". Os fatos não dependem da opinião política daqueles que os estão verificando. Então não é uma "gripezinha". Não importa se a pessoa é de direita ou se é de esquerda, se ela é chinesa ou se ela nasceu em Nova York. É uma doença que com um grau de letalidade relativamente baixa pode levar pessoas à morte, e como ela se espalha muito rápido e contagia muita gente, mata um monte de gente. Isso é um fato. Esse fato não depende da minha opinião política. Eu posso querer torcer isso para lá ou querer torcer isso para cá, é o debate da política. Até um debate muitas vezes desonesto, mas parece que a política resulta melhor quando os agentes políticos se baseiam nos fatos verificados, comprovados, e assim dialogam em alto nível com sua sociedade. A tensão está sempre aí; a tensão entre a verificação dos fatos e o emprego dos fatos no argumento político é uma tensão que está sendo posta...

Fundação Podemos: Para o senhor ter uma ideia, nós tivemos uma experiência na faculdade, enquanto professores, quando um aluno quis fazer seu TCC (Trabalho de Conclusão de Curso) a fim de defender que a Terra era plana. Isso desencadeou um debate entre os professores que cogitaram um debate sobre a "liberdade de opinião" do aluno, diante do que nos posicionamos da seguinte maneira: Ele está reprovado. Está reprovado porque busca sustentar aquilo que não existe, que está refutado cientificamente. A Terra não é plana...

É isso mesmo, isso não é uma questão de opinião. Eu também posso dizer que hoje é

sábado, ou que na minha opinião hoje é sábado, ou que a Terra é quadrada. Isso é exatamente o que acontece quando nós saímos dos fatos e ingressamos no terreno do fanatismo. O diálogo racional fica impossível. Entra em cena um outro tipo de propaganda, de engajamento e de associação. As pessoas se associam por outros critérios, que não aqueles acessíveis à razão. E você tira os fatos de cena. Eu posso criar um partido “terraplanista”, e pode acontecer de meu partido terraplanista angariar dinheiro, e arregimentar as majorias, e eu posso ganhar uma eleição. Aí vou ser o partido terraplanista e vou fazer políticas baseadas no terraplanismo. Isso pode acontecer, mas isso vai ser a política? Indo um pouco mais longe, isso vai ser a democracia? Provavelmente não, vai ser uma outra coisa.

Fundação Podemos: Em relação à necessidade de verificação dos fatos e de como isso não se deve subordinar ao critério da política, isso é possível mesmo diante de grandes veículos de comunicação que têm sua preferência partidária, como o Estado de São Paulo ou Carta Capital. No entanto, parece que estamos diante de um fenômeno novo, aquilo a que o senhor chamou de “fatos alternativos”, que não possuem nenhuma comprovação, e que não têm operado apenas nas eleições, mas também nos atos de governo, com líderes políticos falando diretamente com seus eleitores, sem a intermediação dos grandes veículos de comunicação. Poderíamos resolver isso com uma mudança no formato da comunicação, ou seja, reestabelecendo instituições intermediadoras para filtrar isso? Seria isso um problema das novas tecnologias que ajudam na disseminação dos fatos alternativos?

Por fim, quais as implicações que a utilização dos fatos alternativos podem acarretar no processo democrático?

É um tema que me intriga bastante também. Essa categoria “fatos alternativos” apareceu em uma entrevista de uma assessora do Donald Trump. Não me lembro do nome dela, mas foi quando a questionaram se na posse de Obama havia mais pessoas do que na posse de Trump, algo assim. Ela negou, dizendo “isso são seus fatos, nós lidamos com fatos alternativos”. Veja que coisa prodigiosa. Nós temos que dar ouvidos a esse tipo de fala, para entender o que isso significa. É como se eu dissesse “ontem o São Paulo foi eliminado pelo Mirassol no campeonato paulista”. Eu poderia negar, dizendo que lido com fatos alternativos, afirmando que o São Paulo irá para as semifinais, e se não for, posso brigar por isso. Isso são os fatos alternativos. Se não tenho uma sustentação dos fatos para ter uma determinada opinião, eu mudo os fatos. Temos que dar ouvidos a estas coisas, pois isso não é uma invenção da assessoria de Donald Trump. Isso já foi feito na história, já aconteceu.

A saga da “Revolução dos Bichos”² e o “1984”³, ambos de George Orwell, são obras de ficção e mostram muito bem o que é um poder que muda os fatos quando isso convém a ele. George Orwell não inventou isso, pois já se passava na Alemanha Nazista e, especialmente, na burocracia soviética. Hannah Arendt anota isso, inclusive, nesse mesmo livro, “Verdade e Política”. Nele, ela fala da importância de Trótsky na revolução de 1917, e do fato de que Trótsky não aparecia nos livros didáticos da URSS já nos anos 1960, havia sido suprimido. Ou seja, o historiador “oficial” da URSS, controlado pelos poderes políticos, mudou os fatos. Isso são fatos alternativos, e eles nos levam na direção do autoritarismo, são coisas indissociáveis. Se o presidente da república diz que não há desmatamento ou incêndios na Amazônia e o INPE, através de detecções empíricas indiscutíveis, mostra o contrário, o que ele faz? Demite o diretor do INPE. Se sai reportagem no

The Economist, falando sobre o desmatamento, ele diz que o jornal é do movimento comunista internacional ou do marxismo cultural. Ele desqualifica o fato, ou desqualifica o verificador do fato, para que a opinião dele possa prosperar livremente. Quem causa incêndios então são ONGs, os índios, o que foi falado esses dias.

Fundação Podemos: A narrativa dele sobre o FUNDEB também. Ele disse que foi uma vitória do governo, sendo que, na verdade, foi uma grande derrota de seu governo.

Isso é muito comum. Se a política pode, se não há limitações para ela, ela vai lá e muda os fatos. É claro que acontece isso nos governos totalitários, mas está cheio de gente querendo um governo totalitário para brincar de ditador. Por que isso não acontece? Não é só porque as pessoas são virtuosas, mas há sistemas de limitações que funcionam. Um desses sistemas de limitações, sobre o qual estamos falando agora, é justamente a verificação dos fatos por atividades que ficam independentes dos parâmetros políticos. No caso do twitter, Trump, Bolsonaro e outros usam muito isso. É uma forma de comunicação direta com as massas. Ele (Bolsonaro) mesmo diz o fato e o que se passou. Não há uma medicação ou contestação. Sua mensagem vai direto para a sociedade. Ele mesmo resolve o que é verdade e o que é mentira, o que é fato e o que não é fato. Hoje isso é possibilitado pela tecnologia, mas essa característica do poder exagerado que entra em contato com as massas já é uma característica do Bonapartismo, do século XIX, que depois redundou no fascismo. São características de um poder exacerbado, normalmente um poder Executivo exacerbado, atropelando os outros, e que estabelece uma ponte de comunicação direto com as massas, para fazer propaganda e não para fazer diálogo, aí muda os fatos. No nazismo, a ideia de que uma mentira repetida mil vezes vira verdade, é a mesma coisa.

Fundação Podemos: Como a gente pode pensar as mídias sociais na divisão da esfera pública e privada? Todas essas ferramentas, são realmente a criação de uma esfera pública virtual ou, na verdade, trata-se de uma publicização da nossa esfera privada e, com isso abre-se um espaço para todas nossas características narcisistas, de formação de identidade, criando as conhecidas “bolhas”, que nos dão a sensação de que estamos sendo ouvidos, opinando e de que temos um lugar no mundo. No final, como podemos entender as redes sociais, são uma nova esfera pública?

Acho que a sua pergunta já contém a resposta porque nós temos as duas coisas. Alguns falam do campo social e o campo virtual, outros falam na expansão do narcisismo, as bolhas seriam isso. Outros falam ainda em cyber esferas públicas, ou esferas públicas interconectadas. Todos esses paradigmas, esses esquemas, lidam com essa ideia. Existe um extravasamento dos aspectos privados da vida, pessoais, íntimos, ocupando regiões dos assuntos públicos. Isso tem resultados positivos e negativos. Um exemplo de resultado positivo é o refluxo dos preconceitos de gênero. Uma característica que era da vida íntima das pessoas, sua forma de prazer, suas relações afetivas, suas predileções eróticas, sua condição não fica mais “trancada no armário” e vai para a cena pública, pois existe uma agenda pública baseada nisso pela exigência de direitos iguais. Nesse sentido, elementos da vida privada, da vida íntima, que eram vetores de opressão, mudam o sentido e passam a ser canais de emancipação. Isso é muito possível no mundo em que a conformação das ligações entre vida íntima e vida pública se dão nesses termos. De outro lado, há resultados negativos disso, como critérios ultra personalistas, ditando a vida pública, o que a

gente vê muito no populismo. São pessoas, lideranças que se orgulham de afrontar o que chamam de establishment. A ciência é parte do establishment, precisa ser negada, então a terra é plana, e isso é ainda uma virtude, porque sinaliza que aquela pessoa é autêntica e não se dobra a ninguém. São critérios pessoais, de um narcisismo atroz e que passam a dirigir a vida pública. Estamos lidando com uma contração, as duas coisas são verdadeiras, pelo menos no meu modo de ver. É preciso lidar com essa contradição.

Fundação Podemos: O secretário-geral da ONU, António Guterres, dividiu a história da Organização em três fases: a fase bipolar, que envolveu o período da Guerra-Fria; a unipolar, com uma breve prevalência dos EUA; e a atual, que não é multipolar, mas essencialmente caótica. Alguns autores europeus como Franco Berardi e Gilles Lipovetsky dizem que estamos vivendo um período de extrema frustração e desenraizamento, por conta da fragmentação desse cenário caótico. O senhor entenderia que temos um campo fértil para o nascimento e construções desesperadas de identidades? Isso poderia, com a utilização das redes sociais e de sua potencialização instrumental, construir o fascismo de nossa época?

Eu acho que a resposta é sim, mas isso deve vir como um problema, e não como algo conclusivo. Em primeiro lugar porque o fascismo, que é uma vertente presente, não é igual ao fascismo de Mussolini. O fascismo de Mussolini é um modelo de Estado que controlava a economia, ele não era liberal. Tinha também uma base sindical, elementos de defesa das condições das massas trabalhadoras, e outras coisas. Era machista,

misógino, xenófobo, tudo isso. Hoje, nós temos elementos fascistas que possuem um pouco de misoginia; um nacionalismo ensandecido, mas hipócrita, como no caso do Brasil, que é "Brasil acima de tudo, Deus acima de todos, mas Trump mandando em todos", uma coisa meio disparatada, que, ao mesmo tempo, tem elementos do fascismo, mas que é ultraliberal. É até de um neoliberalismo fora de moda, que já não se encaixa hoje. Essa é a primeira questão. Existem elementos de fascismo, mas nós não podemos dizer que isso seja exatamente o fascismo.

Depois, essas frustrações em massa, esse desamparo, que as pessoas, mesmo as multidões, se veem atirados, gera uma energia social que demanda autoridade forte. Pode haver um descompasso, um desvio, e a gente enveredar por soluções de intolerância, de ódio, de selvageria, aumento da violência e tudo mais. Há elementos disso no Brasil. É incrível como nós somos um país hoje que facilita enormemente a circulação de armas, ao mesmo tempo, em que dificulta enormemente a circulação de livros. Há até agora uma ideia de imposto sobre os livros. Assim como há do outro lado todo o tipo de franqueamento para a circulação de armas, e até pagamento da rastreabilidade das armas, de onde elas vêm. Isso dialoga com essa tendência de frustrações que você identifica. Esse sentimento de ter sido vilipendiado, prejudicado, expelido dos benefícios sociais, que produz uma massa com sede de vingança, com sede de justiça. Há algo que pode ser chamado de fascismo nessas circunstâncias, mas não é o mesmo fascismo de Mussolini.

Fundação Podemos? Sobre a propagação de Fake News, no mundo virtual sabemos que algumas empresas conseguem lucrar em cima disso. Isso é rentável, pelo menos a curto prazo. Como entender isso? É possível avançarmos no debate sobre

formas de controle democrático sobre isso? Voltando à era Lula, tivemos um começo de debate sobre a regulação da mídia tradicional, dos grandes meios de comunicação. O debate foi mal colocado pelo governo na época, mas os princípios parecem importantes, sobre regulação de mercado, de propriedade, etc. Haveria a possibilidade desse debate voltar hoje retrabalhado, talvez junto com a discussão do controle das mídias que propagam as Fake News?

Eu tenho dito, muitas vezes, que acho que teríamos que correr para adotar uma regulação democrática, clara e transparente dos meios de comunicação. O fato do Brasil não ter feito isso até hoje – estou falando aqui de rádio e televisão, mas também de internet e meios impressos – impõe um atraso, uma defasagem, um déficit na nossa democracia. Todas as sociedades democráticas regularam esse mercado, e a gente fica trabalhando com improvisos, com vazios legais, ou com o emaranhado de disposições e regras que confundem. É um pouco parecido com o que acontece no mundo tributário, que precisa de uma reforma – e essa caminha – mas é pior, porque isso tem a ver com políticos. Hoje, no Brasil nós temos emissoras de televisão que pertencem a Igrejas e de várias religiões. Não dá para ser assim, em nenhum lugar. São esferas separadas. Existem igrejas associadas a partidos políticos e a emissoras de televisão. Não pode ser assim. As pessoas falam que a Globo é um monopólio, e em certas praças parece mesmo, mas para falarmos em monopólio precisamos de uma métrica. Quando temos 70% do mercado nas mãos de uma única empresa, os sinais de monopólios são muito fortes. Esse é um problema também, mas não acho que seja o problema mais forte. A questão das religiões é muito grave. A quantidade de parlamentares com acesso livre ao controle de emissoras é outro problema, e só se resolve

esse tipo de coisa regulando. Não dá para ter uma regulação das Fake News e não ter uma regulação de televisão e rádio no Brasil. Pelo menos é a minha visão.

Eu acho que isso poderia ser feito em conjunto, mas o fato de que não termos uma regulação para televisão não pode servir de argumento para que a gente não avance em outros campos. Tenho muitas dúvidas sobre a lei que foi aprovada no Senado referente às chamadas Fake News, mas é bom que a sociedade esteja discutindo isso. Algum saldo de clareza política isso vai nos trazer. Sou crítico em relação ao texto legal, tal como está hoje, mas sou entusiasta da discussão. Todas as críticas que fiz ao projeto de lei foram incorporadas, não por minha causa, mas porque eram ideias que estavam circulando. Várias coisas que apontei como problemas foram resolvidas, a lei vai mudando, e isso é bom.

Fundação Podemos: A gente pode dizer hoje que vivemos uma grande crise nos nossos métodos tradicionais de aferir a verdade? Como, por exemplo, a autoridade de um professor ou jornalista? Uma vez que hoje as redes sociais deram voz para todos, as pessoas se sentem na obrigação de participar, de falar, de dizer o que acham sobre um assunto sobre o qual não fazem ideia. Além disso, estamos vivendo o que hoje chamam de “política da lacração”. Dentro desse contexto, vivemos também uma crise desses métodos tradicionais, em que todo mundo discute tudo e vira um prato para as Fake News?

Existe um livro chamado “O Culto do Amador”⁴, de Andrew Keen, que dizia “não se iludam, a internet vai dar a voz, a gente que não sabe nada”. Isso vai ser uma debacle cultural.

Muita gente virou a cara para esses argumentos, pois se pensava que a internet seria o paraíso, uma espécie de mundo hippie, sem fronteiras e tal. Não foi isso o que aconteceu, a internet acelerou a concentração do capital e gerou monstruosidades autoritárias. Tem uma face de entendimento, de abertura de canais de comunicação também, mas esse pesadelo veio com muita força. Além de constatar isso, não sei muito o que dizer além do que eu já disse. A única coisa que eu agregaria é que, na minha sensibilidade, **o maior problema não são as tecnologias, mas as relações de propriedade em torno das tecnologias.** Nós estamos nas mãos de monopólios mundiais que operam sem prestar contas ao público, sem nenhum grau de transparência sobre o que fazem. Os conglomerados monopolistas no Brasil não contam o quanto faturam em receita publicitária, o que é uma forma até de “deseducação”. Eles fazem o que querem, do jeito que querem, sem que o poder público, a sociedade e os organismos de regulação tenham notícia de como as coisas funcionam. Nós não sabemos que tipo de dados nossos estão nas mãos dessas pessoas ou organizações. Não sabemos que uso é feito disso, é muito desesperador. Nesse sentido, esse ambiente de opacidade, de não transparência, de códigos fechados, favorece uma espécie de obscurantismo agigantado. Aí é um canteiro fértil para os imbecis, para uma imbecilidade monstruosa. Isso não tem nada a ver com a razão, com os fatos, com a cultura dos direitos humanos, com a convivência respeitosa entre os seres humanos ou a tolerância. Isso traz um outro tipo de força, uma força ruim.

Em um mundo democrático, em matéria de legislação, precisamos pensar na quebra desses grandes monopólios de alguma forma, ou regulá-los, deixando que eles funcionem em grandes mercados. Isso se a escala desses mercados exigirem o nível de domínio de grandes áreas ou grandes massas de consumidor, que seria algo próximo do monopólio natural. Mas nós precisamos legislar sobre isso. Esse é o assunto crítico e que gera esse efeito da

imbecilidade na internet.

Isso porque, se o ambiente tem contradição, se tem concorrência, um vigiando o outro, um querendo ser melhor do que o outro, querendo apontar as falhas do outro, uma concorrência normal, existe a possibilidade de um controle natural também, além do controle da democracia, das instituições democráticas. Nesse regime, a autoridade do conhecimento, não do professor, mas do conhecimento, se restaura. Porque veja, nos lugares afetados pela pandemia em que o conhecimento desfruta de um lugar respeitado, as práticas de prevenção são muito mais bem sucedidas. Onde o Estado não se omitiu e foi para o diálogo com a população, foi ouvir a ciência, o resultado é melhor. Então se o Estado não se omite e vai regular esse mercado também, é possível que a gente retome uma evolução virtuosa. Eu acho da maior importância hoje enfrentar o problema do monopólio.

Fundação Podemos: Com o que vem pela frente, o senhor se encontra otimista ou pessimista com o Brasil?

Eu sou muito otimista com o Brasil e isso não é um discurso político. O Brasil tem uma energia muito singular. Não é uma bajulação do brasileiro também. Esse país é uma combinação maravilhosa, por causa da confluência de culturas, da capacidade de inventar coisas novas. Com o Brasil eu sou muito otimista, agora com o governo eu estou muito preocupado, e estou chocado com os partidos políticos, **como o podemos** – faço questão que isso apareçam na minha entrevista - que mascaram um apoio, ou às vezes dão um apoio declarado. É inaceitável, do ponto de vista ético, que um partido político não denuncie essas práticas, pois são práticas que se situam fora do campo democrático. Um presidente que dá de ombros para a morte da sua própria gente é algo indescritível. Nesse sentido, com esse cenário político eu sou pessimista, tenho enorme preocupação.

Acho que é mais do que momento de

colocarmos a mão na consciência e percebermos que não dá para continuar assim. Continuar assim significa mais gente morrer. Significa um atraso muito maior do que o necessário para a retomada da atividade econômica. Significa a destruição da natureza em uma escala ainda maior. Significa armar a população, o que quer dizer armar as milícias. Não podemos

normalizar esse tipo de deformação, e aí não dá para ser otimista. Estamos chegando em 100 mil mortes⁵, isso pode alcançar qualquer um de nós, não dá para ser otimista com isso. Eu tenho muita preocupação, é o que eu sinto.

Biografia



Eugênio Bucci

É professor titular da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, onde dá aulas de graduação e pós-graduação. É membro do Conselho Administrativo do Colégio Santa Cruz de São Paulo. Em 2021, encerrou seus mandatos como membro do Conselho Científico-Cultural do Instituto de Estudos Avançados (IdEA) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), e do Conselho Consultivo da Fundação OSESP (Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo). Escreve quinzenalmente na página 2 do jornal O Estado de São Paulo.

Integra o Conselho Deliberativo do Instituto Vladimir Herzog e o Conselho Consultivo da Aberje (Associação Brasileira de Comunicação Empresarial) entre outros. Foi professor da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM), entre 2010 e 2014, onde dirigiu o curso de Pós-Graduação em Jornalismo com Ênfase em Direção Editorial, de 2011 a 2013.

Foi presidente da Radiobrás de 2003 a 2007 e integrou o Conselho Curador da Fundação Padre Anchieta (TV Cultura de São Paulo) de 2007 a 2010. Na Editora Abril, foi diretor de redação das revistas mensais "Superinteressante" e "Quatro Rodas", e Secretário Editorial.



1. Ver ARENDT, Hannah. Verdade e política. Tradução de Manuel Alberto. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 1995.

2. Ver ORWELL, George. A revolução dos bichos. Trad. Heitor Ferreira. Porto Alegre: Globo, 1971.

3. Ver 1984. Tradução de Alexandre Hubner, Heloisa Jahn. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

4. Ver KEEN, Andrew. O culto do amador, p. 15. Rio de Janeiro: Zahar, 2009

5. No momento da revisão da entrevista, os números ultrapassam a marca dos 251 mil mortes.

